



UM ESTUDO SOBRE A CLASSE GRAMATICAL “NOME” E “ADJECTIVO” NA GRAMÁTICA DE LÍNGUA PORTUGUESA DE REIS LOBATO (1770)ⁱ

Adriana Alves de Lima,

Adel Malek Hannaⁱⁱ

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras:
Linguagem e Identidade,
Universidade Federal do Acre – UFAC (2020),
Brazil

²Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras:
Linguagem e Identidade,
Universidade Federal do Acre-UFAC (2020),
Brazil

Resumo:

Este artigo analisa as espécies de palavras “nome” e “adjectivo” em *A Arte da Grammatica da Língua Portuguesa*, de Antonio Jose dos Reis Lobato, publicada em 1770. O quadro teórico que sustenta a análise é o da Historiografia Linguística, com Auroux (2014) que nos respalda sobre o processo massivo de gramatização na produção de gramáticas de línguas vernáculas, assim como Koerner (1996) que embasa o nosso procedimento analítico a partir do princípio de contextualização, princípio da imanência e princípio de adequação da linguagem na produção dessa gramática que foi adotada em Portugal e nas Colônias para o ensino de língua portuguesa. A questão que permeia a pesquisa é: como se dá o pensamento linguístico de Reis Lobato ao conceituar as classes gramaticais “nome” e “adjectivo” na gramática de Reis Lobato, em 1770? Constatamos que a gramática de Reis Lobato, como descrito no processo de gramatização enunciado por Auroux (2014) tinha muitos objetivos, dentre eles: o ensino de língua materna, com a finalidade de melhorar o aprendizado do latim, mas também, estava carregada de uma ideologia nacionalista, religiosa e, sobretudo, política. Destacamos esse aspecto político, porque o ensino de língua tem um alcance muito maior sobre a colonização, na expansão dos territórios, assim como de consolidar a aprendizagem da língua em relação ao latim.

Palavras-chave: gramatização, gramática, ensino, língua portuguesa

ⁱ A STUDY ON THE GRAMMAR CLASSES “NOME” AND “ADJECTIVE” IN THE GRAMMAR OF THE PORTUGUESE LANGUAGE OF REIS LOBATO (1770)

ⁱⁱ Correspondence: email drycaalves25@gmail.com, adel.amh@me.com

Abstract:

This article analyzes the types of words “noun” and “adjective” in *A Arte da Grammatica da Língua Portuguesa*, by Antonio Jose dos Reis Lobato, published in 1770. The theoretical framework that supports the analysis is that of Linguistic Historiography, with Auroux (2014) who supports us on the massive process of grammatization in the production of grammars of vernacular languages, as well as Koerner (1996) who bases our analytical procedure on the principle of contextualization, principle of immanence and principle of adequacy of language in the production of this grammar that was adopted in Portugal and in the Colonies for teaching the Portuguese language. The question that permeates the research is: how does Reis Lobato's linguistic thinking occur when conceptualizing the grammatical classes "name" and "adjective" in Reis Lobato's grammar, in 1770? We found that the grammar of Reis Lobato, as described in the grammatization process enunciated by Auroux (2014) had many objectives, among them: the teaching of the mother tongue, with the purpose of improving the learning of Latin, but also, it was loaded with a nationalist, religious and, above all, political ideology. We highlight this political aspect, because language teaching has a much greater impact on colonization, on the expansion of territories, as well as on consolidating language learning in relation to Latin.

Keywords: grammar, teaching, Portuguese language

1. Introduction

Almejamos com este trabalho realizar um estudo sobre o ideário linguístico de Reis Lobato em sua *A Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1770) ao definir as classes gramaticais “nome” e “adjectivo”. Para tanto, escolhemos como abordagem metodológica o quadro teórico da Historiografia Linguística, nos princípios de Contextualização, Imanência e Adequação (Koerner, 1996). Assim, procurei observar qual a concepção de língua, no que se refere ao ideário linguístico proposto, dentro do contexto político, cultural e institucional do período analisado.

No que se refere à gramática de Reis Lobato, depreendemos que é uma produção gramatical que foi forjada para atender as necessidades linguísticas da época, em um contexto que a língua era um instrumento capaz de cumprir o propósito de ensinar a língua materna, a história de Portugal, a religião e, sobretudo, facilitar a aprendizagem do latim. Assim como, “*crear sogeitos capazes para exercerem os officios públicos de escrever nos Auditorios, Tribunaes, e Secretarias, sem a imperfeição de falarem, e escreverem a língua Portuguesa com os erros, que commummente se notão nos que servem os sobreditos empregos*” (Lobato, 1770, p. XVII).

É com esse objetivo de criar sujeitos que falem e escrevam bem que a gramática de Reis Lobato será uma gramática de língua portuguesa voltada para o ensino e servirá aos propósitos colonizadores (dominação linguística e educacional) de Marquês de Pombal, o Conde Oeyras. Isso fica muito claro, desde a capa de sua gramática, onde ele dedica sua obra a esse governante Português.

Com relação ao “nome” e “adjectivo” constatamos um estudo de fôlego, por apresentar todas as espécies de palavras encontradas, assim como suas declinações, advertências e “excepções”. O que não se distancia muito das gramáticas produzidas em termos modernos, ao

não ser pela escrita de alguns termos, assim como pela exclusão de outros, o que nos comprova a afirmava da evolução da língua ao longo dos tempos, nos mostrando a sua heterogeneidade e vivacidade.

O interesse por esta temática surgiu a partir das discussões realizadas na disciplina Tópicos Avançados em Teoria e Análise Linguística, coordenada pelo professor Dr. Carlos Renato Rosário de Jesus. Estudo esse que me permitiu olhar para o estudo da gramática como menos preconceito, tendo em vista que o discurso preconceituoso para a gramática é uma narrativa que não condiz com objetivo inicial de sua produção. Afinal, essas gramáticas não tinham a finalidade que utilizamos hoje em muitas das nossas salas de aula.

Dado o objetivo do trabalho e a definição do nosso quadro teórico, o artigo encontra-se assim estruturado: uma introdução, considerações finais e quatro seções: 1. A gramática enquanto tecnologia; 2. O princípio de contextualização; 3. O estudo sobre nome e adjectivo em Arte da grammatica da Lingua Portuguesa, de Antonio Jose dos Reis Lobato (1770) e Princípio de Adequação.

2. A Gramática enquanto Tecnologia

Em *A revolução tecnológica da gramatização* (2014), Sylvan Aurox ao discutir sobre o nascimento das metalinguagens, nos mostra a multiplicidade do saber linguístico, e que esse saber originou-se muito antes do desenvolvimento da escrita.

Nessa perspectiva, esses saberes podem ser epilinguístico e metalinguístico. O primeiro refere-se àquele que todos os falantes têm acesso. O segundo, é aquele que recorremos a partir da linguagem para refletir sobre a linguagem. Ou seja, criamos ferramentas para estudar a linguagem. Esse saber leva em consideração três domínios, a saber: a enunciação, as línguas e a escrita, os quais nos levaram a refletir sobre a linguagem.

Nesse sentido, primeiramente, destacamos que o domínio da enunciação tem por finalidade adequar a fala, para que seja “correta”, “boa” para prevalecer sobre as outras. Por segundo, no que se refere ao domínio das línguas, refere-se à necessidade de falar uma língua que os falantes de uma determinada comunidade não conhecem ou mesmo da língua materna, logo, são necessárias ferramentas para que possamos aprender uma outra língua. E, por último, o domínio da escrita, surge como um sistema de notação em que a sociedade precisava se organizar, precisava criar ferramentas para organizar os seus espaços, sendo vista aqui como uma tecnologia.

Para Aurox (2014),

“os domínios dão lugar à constituição de técnica, isto é, de práticas codificadas que permitem obter, a cada momento (existência de regras), ou, mais frequentemente, um resultado desejado; elas também dão lugar à formação de competências específicas, suscetíveis de receber um estatuto profissional em uma sociedade dada (turgimões/interpretes, escribas, poetas, retores etc).” (Aurox, 2014, p. 18).

É nesse sentido, que Auroux (2014) afirma a importância do limiar da escrita, que é fundamental para a história das representações linguísticas, porque a escrita foi a primeira revolução tecnológica no mundo. A escrita é vista como revolução, porque ela permite muitas coisas. Auroux (2014) está referindo-se a tudo o que foi realizado no mundo moderno, principalmente, ao que conceito de cidade, o qual conhecemos, justamente, por essa organização das comunidades em cidade, e da necessidade de organizar-se, de criar um sistema de notação que desse conta das compras, das coisas que entravam e saíam da cidade, a qual a escrita permite a manipulação da linguagem, além de romper com a oralidade. Desse modo, com a escrita foi possível organizar uma lista de palavras, uma do lado da outra.

A escrita permitiu o nascimento de uma tradição linguística, na qual é possível estabelecer relações com os símbolos e os nomes. Isso nos permite enxergar a alteridade, o que é regular e o que é diferente, compara uma língua de cada vez. É por isso, que Auroux (2014) considera a escrita como primeira revolução tecnológica.

Ademais, podemos destacar que o desenvolvimento da escrita de lista de palavras, não foi suficiente para o desenvolvimento de um sistema de escrita, tendo em vista o crescimento das cidades, o sistema de notação precisava ser ampliado.

É nesse contexto, com o objetivo de dar conta da organização da cidade que as primeiras tentativas de sistematização escrita dos saberes linguísticos se deu por meio da “*grammatikê grega, que nasce na virada dos V e IV séculos antes da nossa era*” (Auroux, 2014, p. 28). Todavia, esse sistema nesse momento estava voltado para uma aprendizagem de leitura e escrita.

“O desenvolvimento das concepções linguísticas europeias em um período que vai da época tardo-antiga (século V de nossa era) até o fim do século XIX. No curso desses 13 séculos de história vemos o desenrolar de um processo único em seu gênero: a gramatização massiva, a partir de uma só tradição linguística inicial (a tradição grego-latina), das línguas do mundo.” (Auroux, 2014, p.35).

É nesse contexto, na construção de gramática, que o Renascimento será marcado como “*uma virada decisiva para essas disciplinas*” (AUROUX, 2014, p.37) e marcou o que conhecemos como a segunda revolução técnico-linguística. Esse processo de sistematização que se dá no final do século XV foi de extrema relevância para línguas europeias “*que vão daí para frente dominar a história da Europa (italiano, espanhol, francês, português, alemão, inglês)*” (Auroux, 2014, p.40).

É a partir do Renascimento que um quantitativo de gramáticas serão produzidas, o que culminará no que Auroux (2014) chama de “*processo massivo de gramatização*” que alavancou a produção de dicionários, assim como a produção de gramáticas em línguas vernáculas.

Nesse processo de gramatização, Auroux (2014) enfatiza que é importante levar em consideração a transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas que pode ser por endotransferência e exotransferência. “*A origem da gramática latina corresponde a uma endogramatização e a uma endotransferência cultural (a partir do grego). Acontece o mesmo para a gramatização do vernáculos europeus*” (Auroux, 2014, p. 76).

Na gramatização dos vernáculos acontece a endogramatização, justamente, porque os gramáticos apoiaram-se na estrutura do latim para sistematizar as suas gramáticas, assim como

para o ensino do vernáculo para ajudar na aprendizagem do latim. É nesse momento que toma-se consciência de que é preciso instrumentalizar a língua, tendo em vista que o grande modelo de gramática utilizada é a gramática latina, se toma consciência da necessidade do gramático para executar a gramatização que tinha por objetivo ensinar a língua-alvo a partir de uma língua-fonte.

*“É um contexto no qual já existe uma tradição linguística, a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira, em outras palavras, a passagem de uma língua Li e uma língua Lj, é potencialmente a primeira causa da gramatização (para qualquer uma das duas). Essa necessidade é capaz de responder ela mesma a vários interesses práticos: i) acesso a uma língua de administração; ii) acesso a um corpus de textos sagrados; iii) acesso a uma língua de cultura; iv) relações comerciais e políticas; v) viagens (expedições militares, explorações); vi) implantação/exportação de uma doutrina religiosa; vii) colonização. (...) A segunda causa da gramatização concerne essencialmente à **política de uma língua dada** (ela é, pois suscetível de afetar a língua materna) e pode reduzir a dois interesses: viii) organizar e regular uma língua literária; ix) desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno e externo.” (AUROUX, 2014, p. 50)*

Vale destacar que a produção de gramáticas não tinha por objetivo apenas ensinar uma língua estrangeira, além desse aspecto, estão imbricadas tanto a questão religiosa quanto à colonização.

O professor José Edicarlos de Aquino (2021)ⁱⁱⁱ utilizando-se da metáfora do martelo, coloca em evidência duas situações que eu considero de extrema relevância nesse processo de produção de gramáticas das línguas vernáculas: a primeira é que com a gramática o nosso gesto é mais longo e mais forte. Ou seja, a gramática e o dicionário nos permite ampliar as possibilidades de alcance.

Por segundo, é que esse processo massivo de produção de gramáticas, não é um gesto inocente e apolítico. Pelo contrário, envolve aspectos políticos, culturais e, sobretudo, ideológicos. Destaca-se, principalmente, o processo de colonização narrada pelas inúmeras narrativas que conhecemos hoje, na qual ao utilizar a força, a violência, nunca atingiu tanta eficiência quando se buscou intervir na língua dos colonizados.

A gramática é um instrumento que não está voltada apenas para aspectos linguísticos, mas também um instrumento de cultura e ideologia. É partindo desse posicionamento teórico de Auroux (2014) que realizamos a leitura da *Arte da Grammatica da Língua Portuguesa*, de Antonio José dos Reis Lobato, cujo ano de publicação data de 1770 (MDCCLXX), do século XVIII. Ressaltamos que o nosso objetivo ao realizar a leitura dessa gramática é compreender o pensamento linguístico de Antonio José dos Reis Lobato, levando em consideração o procedimento analítico proposto por Konrad Koerner (1996), aos historiográficos da linguagem, os quais devem obedecer, a três princípios fundamentais:

ⁱⁱⁱ Refiro-me às aulas ministradas pelo professor José Edicarlos de Aquino (2021), na disciplina de Teorias Linguísticas, do curso de Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem, nos dias 13 e 20 de abril de 2021.

- 1) **Princípio de contextualização** – o estabelecimento do clima da opinião, já que as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período;
- 2) **Princípio da imanência** – a definição interna do quadro geral de investigação e da terminologia utilizada no documento estudado, a fim de “estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, talvez até filológico, do texto linguístico em questão”;
- 3) **Princípio de adequação** – as possíveis “aproximações entre o vocabulário técnico e o quadro de trabalho apresentado em questão” (Koerner, 1996, p. 95-124).

Iniciamos a próxima seção abordando o contexto em que se desenvolveu o as ideias linguísticas de Reis Lobato, em 1770, no início do século XVIII, que é um período marcado pelo governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, a quem Reis Lobato dedicará a escrita de sua gramática.

3. O princípio de contextualização

Em Portugal, temos os escritos de João de Barros (1496-1570), reconhecido como um dos primeiros gramáticos que estava preocupado com a alfabetização em língua materna. Todavia, sua preocupação também estava alinhada ideologicamente ao exercício da cidadania e da prática religiosa, pois acreditava que ao ser alfabetizado o sujeito teria condições de fazer a “*leitura de textos legislativos e dos mandamentos da Igreja*” (Barboza, 2011, p. 20). Outro aspecto relevante da obra de João de Barros é a afirmativa de que ao aprender a língua materna, seria mais fácil aprender a gramática latina.

O processo de gramatização explicitado na seção anterior, chega à Europa como instrumento do ensino de línguas, mas também com o viés político, como podemos evidenciar em outra gramática de extrema relevância em Portugal, como é o caso da obra de Fernão de Oliveira (1507-1581) que tinha “*o interesse em descrever e instrumentalizar a nova língua, registrando de forma pioneira seus padrões fonéticos, [assim como] a exaltação à língua e ao povo português*” (Lima, 2017, p. 56).

Auroux (2014) ao descrever a gramatização, afirma que esse processo tem por finalidade “*descrever e instrumentalizar uma língua*” (Auroux, 2014, p. 65). Essa tentativa de instrumentalização da língua é de tempos remotos, antes mesmo das primeiras gramáticas, no entanto, não havia uma padronização da escrita pelos estudiosos da época, como descrito nas obras de João de Barros (1496-1570) e Fernão de Oliveira (1507-1581) que escreveram as primeiras gramáticas de Língua Portuguesa.

Ademais, seguindo abordagem teórica proposta por Antônio Verney (1713-1792), em sua produção de gramática Antonio José dos Reis Lobato é condescendente com Verney ao afirmar em sua introdução que “*para esse fim com larga, e usos da lingua Portugueza, seguindo as doutrinas de Sanches, Perizonio, Vossio, Sciopio, e Lancelloto por excederem estes célebres Grammaticos aos antigos em examinarem filologicamente as materias (...)*” (Lobato, 1770, XLIII). Ele deixa claro que seguiu os passos de grandes gramáticos, ou pelo menos, aquilo que ele considera regular nessas gramáticas em seu compêndio.

É nesse contexto, de preocupação em elaborar gramáticas voltadas para o ensino das línguas vernáculas consideradas vulgares e a busca por regularidades que pudessem uniformizar e padronizar o ensino de língua portuguesa, é que Reis Lobato irá produzir a sua *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, em 1770.

Portugal vivia sob o reinado de Sebastião José de Carvalho, o Conde de Oeiras, conhecido também como Marquês de Pombal, que é narrado na historiografia oficial como um governante que fez reformas em todos aspectos: econômico, social, política, incluindo isso, nas colônias.

E no aspecto educacional isso não foi diferente, tendo em vista que a educação estava sob o domínio da Igreja e sob o ensinamento da língua apenas sob o viés da gramática latina pelos jesuítas.

Ao expulsar os jesuítas de Portugal e das missões nas colônias portuguesas, há o reconhecimento da valorização do ensino de língua materna. É nesse contexto que evidenciamos o porquê a gramática de Reis Lobato foi tão bem recepcionada em Portugal.

A gramática de Reis Lobato tem por escopo o ensino da língua portuguesa tanto em Portugal, como nas colônias. Assim, é possível ver marcadamente qual o seu posicionamento político enquanto gramático do século XVIII.

O viés político-ideológico de Lobato fica evidenciado desde a diagramação e enunciado na capa de a *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, ao oferecer a obra ao excelentíssimo senhor *Sebastião Jose de Carvalho e Mello*, nada menos que o Marquês de Pombal, o Conde de Oeyras, quem para ele era alguém que representava a República das Letras.

“(...) todos conhecem, que V. EXCELLENCIA a tem a mais perfeita Sciencia dos princípios da língua Portugueza pela falar com toda a pureza, e propriedade de termos, como testificarão os doutissimos escritos, com que V. EXCELLENCIA tem ilustrado a Republica das Letras. Persuado-me de será do agrado de V. EXCELLENCIA essa minha oferta pela razão de ser a presente Grammatica do idioma de huma Nação, que V. EXCELLENCIA com incansavel disvêlo pertende fazer a mais culta, e conhecida entre todas as civilizadas. E também julgo que debaixo da sábia, e respeitavel proteção de V. EXCELLENCIA fará a mesma Grammatica bem aceita do Público (...)” (Lobato, 1770, p.5)

Lobato (1770) ao homenagear Sebastião Jose de Carvalho e Mello tem um outro olhar voltado para a sua obra, é uma pessoa importante da Corte Portuguesa que reconhece o caráter pedagógico de sua gramática, principalmente, após o Alvará Régio de 1770, no qual tem a indicação de *Arte da Grammatica Portugueza* para o ensino de língua portuguesa.

Em seu *Estudo comparativo sobre a classe gramatical “nome” nas gramáticas de João de Barros (1540) e de Reis Lobato (1770)*, publicado em 2016, Dores discorre que a “gramática de Reis Lobato (...) considera mais as necessidades educacionais da época – ensinar a língua materna e a história de Portugal” (Dores, 2016, p. 2). Essa obra será adotada por está voltada para o ensino de língua materna, tendo em vista que atendia a ideologia predominante proposta por Marquês de Pombal, ou seja, o uso da gramática como instrumento de dominação linguística, com o foco na língua materna, como uma forma de aprender com mais facilidade o latim.

“E de aprenderem na puerícia recebem infalivelmente duas conhecidas utilidades, huma de falarem a sua língua com perfeição, e outra de perceberem com muita facilidade, por meio das regras da Grammatica Latina, os princípios da língua Grega, cuja Grammatica estudavão por ser entre eles a língua, em que se tratavão as Sciencias, como entre nós o he a Latina.” (Lobato, 1770, p.IX)

O princípio linguístico dessa gramática era o ensino de língua materna, primeiramente para falar bem, sem erros. Por segundo, para que desde a infância, as crianças começassem a aprender os fundamentos usuais de sua língua. E, conseqüentemente, ao aprender a sua língua, teria facilidade para aprender qualquer língua estrangeira.

Ao beber nas fontes teóricas de D. João Caramuel, Roboredo, João de Barros, Padre D. Jeronymo Contador de Argote e Antonio Felis Mendes, esses autores partem da ideia de que nas mesmas *“escolas de ler, e escrever se ensine a Grammatica da lingua materna aos meninos”* (Lobato, 1770, p. XIII).

Podemos compreender que desde a leitura da introdução, a gramática será um instrumento pedagógico, no qual *“os meninos”* aprenderão a sua língua materna, mas o caráter político-ideológico de Reis Lobato, tem um cunho nacionalista por dar ênfase à instrução da História Portuguesa, assim como nacionalista e religiosa.

Explicuemos-nos: ora, por um lado, temos a questão da religião que tem grande influência sob Portugal, logo, é *“indispensável obrigação, que cada hum tem, depois da perfeita noticia da Religião”* (Lobato, 1770, p.16). Seguindo esse viés, Reis Lobato, ao posicionar-se como produtor de um compêndio gramatical não poderia deixar os domínios da Igreja de fora, mas sua escrita não fica presa somente a essa ideia.

Por outro lado, temos o cunho nacionalista, o qual pode ser afirmado por meio do *“saber bem a língua, que aprendeo desde o berço, e juntamente a historia do Paiz, em que nasceo”* (Lobato, 1770, p.16).

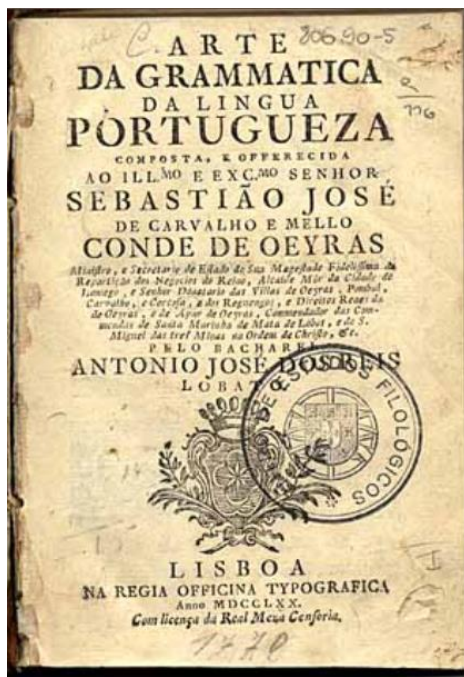
Embora, Reis Lobato (1770) já enuncie em sua introdução que o seu objetivo é instruir *“os meninos”* em sua língua materna, sabemos que esse discurso não está pautado apenas em seu aspecto pedagógico, tendo em vista, que até o ato de se propor a escrever uma gramática já é político. Não acredito que seja possível dissociar o aspecto pedagógico do ato político, já que ensinar também é político, tendo em vista as ideologias que nos interpelam enquanto sujeitos.

É nessa perspectiva que analisarei a gramática de Reis Lobato (1770), partindo do princípio da imanência, no qual Koerner (1996) nos propõe que seja feita uma definição interna, assim como da terminologia utilizada pelo gramático. Desse modo, na próxima seção irei descrever como essa gramática está organizada, todavia, farei um recorte de análise para as espécies de palavras *“Nome”* e *“Adjectivo”*, ressaltando como Reis Lobato conceitua essas espécies de palavras em sua *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* (1770).

4. O estudo sobre o “Nome” e o “Adjectivo” em *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, de Antonio José dos Reis Lobato (1770)

Para se entender como se deu o processo de constituição e desenvolvimento da *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, de Reis Lobato, publicada em 1770, utilizaremos o princípio da

imanência proposto por Koerner (1996), no qual pressupõe que o historiográfico da linguagem possa definir a organização interna, assim como a terminologia utilizada. Destacamos de um modo geral como a gramática de Reis Lobato se organiza e, posteriormente, faremos a definição de Nome e Adjectivo em seu estudo.



Fonte: <https://purl.pt/196/1/index.html#>. Acesso em: 11 mai. 2021.

Em relação ao conteúdo da *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, destacamos que a obra esta dividida em duas partes: A Parte I é intitulada Etymologia e está dividida em Livro I, II, III e IV, nos quais cada livro possui suas Lições e advertências sobre as classes gramaticais (artigo, nomes, adjectivos, pronome, verbo e suas conjugações). O livro V trata das partes indeclináveis da Oração, acompanha a mesma estrutura de organização proposta na seção anterior com as lições, advertências e excepções sobre (preposição, adverbio, conjunção, interjeição, prosódia, ortografia); A parte II é intitulada da Sintaxe e conceitua a organização das orações (concordância, regência, barbarismo, solecismo, sintaxe figurada, das figuras da dicção). Essa gramática se propõe a conceituar e definir regras, levando em consideração os princípios fundamentais da língua. No tópico, *Grammatica Portugueza – proemio §. I*, Reis Lobato conceitua que “a grammatica portuguesa he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portuguesa” (Lobato, 1770, p. 1). É sob esse aspecto de definição, que sua gramatica é construída, mostrando como deve ser conceituada, falada e escrita à língua portuguesa.

Um aspecto importante da gramática de Reis Lobato é que o foco de sua escrita é pautado na língua portuguesa, ele não faz nenhum esforço em comparar com aspectos da língua latina, apenas conceitua e classifica a língua portuguesa.

Embora, seja uma obra de 1770, na descrição linguística apresentada em sua gramática, a sua linguagem é muito objetiva e didática. Apenas a letra “S” causou um pouco de confusão no início da leitura, mas que o desenvolver o texto, foi de fácil compreensão, assim como foi possível visualizar o caráter didático que Reis Lobato imprimiu a sua gramática, seguindo a

mesma estrutura organizacional em cada classe gramatical organizada em segmentos: parte – livro – lição – advertência – exceções.

Para Antonio Jose dos Reis Lobato (1770), na “Língua Portuguesa há nove espécies de palavras, de que como partes pôde constar a oração Portuguesa, a saber: *Artigo, Nome, Pronome, Verbo, Participio, Preposição, Adverbio, Conjunção, Interjeição*” (Lobato, 1770, p. 7). Dessas nove espécies daremos ênfase em sua definição de nome e adjectivo.

Reis Lobato inicia o estudo do Substantivo, classificando-o como nome, é que esse nome “*he huma voz, com que se nomeão as cousas, e as suas qualidades*” (Lobato, 1770, p. 9). Desse modo, depreendemos que para ele o nome pode ser tanto substantivo, quanto *adjectivo* e que significam uma coisa, sendo que este último significa a qualidade dessa coisa.

No que se refere à espécie Substantivo, ela pode ser classificada de duas formas: “*próprio ou appellativo*” (Lobato, 1770, p. 10), como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Espécie de palavra Nome

Espece	Conceito	Exemplos
Substantivo Proprio	he aquelle, que significa huma cousa, ou pessoa certa.	<i>Lisboa, Ulisses</i>
Substantivo Appellativo, ou Commum	he aquelle, que significa huma cousa, ou pessoa incerta, por competir a muitas semellantes.	<i>Reino, Reys</i>

Fonte: Lobato (1770, p. 10), adaptado.

Outro aspecto relevante de sua gramática é que ao conceituar o nome substantivo, ele define todas as classes do nome appellativo, o qual é subdividido em: Colectivo, Augmentativo, e Diminutivo.

Quadro 2: Classe do nome appellativo ou commum

Espece	Conceito	Exemplos
Substantivo Colectivo	he aquele, que no numero singular significa multidão.	<i>Multidão, povo</i>
Substantivo Augmentativo	he aquelle, que significa com aumento o mesmo, que o nome primitivo, donde nasce.	<i>Homemzarrão</i>
Substantivo Diminutivo	he aquelle, que significa com diminuição o mesmo, que o nome primitivo com diminuição o mesmo, que o nome primitivo, de que se deriva.	<i>Livrinho</i>

Fonte: Lobato, 1770, p. 11 (Adaptado).

Como podemos constatar nos quadros 1 e 2, sua gramática tem uma linguagem e um estrutura muito simples de ser compreendida pelos mestres e pelos “meninos” que a tomariam como instrumento pedagógico da língua portuguesa, pois segue a estrutura de primeiro nomear, depois definir e, posteriormente, citar um exemplo para cada conceito enunciado.

Depreendo que nesse momento não há nenhuma preocupação de reflexão sobre a língua, tendo em vista que fica bem claro que a finalidade dessa gramática é ensinar a língua materna sem erros na fala e nem na escrita,

“[...] pois aquelles, que das escolas de ler, e escrever sahissem para as da Grammatica Latina, levarião o adiantamento, que já mostrámos; e os que ficasse só com a noticia dos princípios da sua língua, ficarião com a inteligência necessária para lerem com reflexão, e poderem imitar, compondo os Autores Portuguezes de melhor nota.” (Lobato, 1770, p. XVI-XVII).

Em sua definição de “Adjectivo”, Reis Lobato (1770) não separa como uma classe gramatical em uma seção diferente, como é geralmente enunciada nas gramáticas contemporâneas. Para ele, o “Adjectivo” é definido junto à seção dos substantivos, definida como um nome.

Quadro 3: O nome como Adjectivo

Especie	Conceito	Exemplos
Nome Adjectivo	he aquelle, que significa a qualidade da cousa, que significa o Nome Substantivo; pelo que dele depende para fazer sentido completo.	<i>Branca</i>

Fonte: Lobato (1770, p. 11), adaptado.

Assim como faz na definição do nome como substantivo, ele também define em sua Lição IV, algumas espécies de nome enquanto Adjectivo, a saber: partitivo, numeral (cardeal e ordinal), pátrio, gentilício, positivo, comparativo e superlativo.

Quadro 4: De algumas espécies de nome Adjectivo

Especie	Conceito	Exemplos
Adjectivo Partitivo	He aquele, que significa a cousa, como parte de alguma multidão (...)	<i>Hum, Alhum.</i>
Adjectivo Numeral	He aquelle, que significa numero	
	Numeral Cardeal - He aquelle, que significa numero absolutamente. Numeral Ordinal - He aquelle, que significa numero por ordem.	<i>Hum, Dous, Tres.</i> <i>Primeiro, Segundo.</i>
Adjectivo patrio	He aquelle, que significa a pátria, donde alguém he natural.	<i>Lisbonense, Romano.</i>
Adjectivo gentilicio	He aquelle, que significa, e mostra a gente, ou nação, de que alguém procede.	<i>Portuguez, Castelhana.</i>
Adjectivo positivo	He aquelle, que significa a qualidade de alguma coisa absoluta.	<i>Bom, Mão.</i>
Adjectivo Comparativo	He aquelle, que significa o mesmo, que o seu positivo junto com a palavra <i>Mais</i> , como <i>Melhor</i> , comparativo do positivo <i>Bom</i> , que significa <i>mais bom</i> .	
Adjectivo superlativo	He aquelle, que significa o mesmo, que o seu positivo junto com a palavra <i>Muito</i> (...)	<i>Doutissimo</i>

Fonte: Lobato (1770, p. 33-36, adaptado).

É notável, por meio do recorte feito nesse estudo, a preocupação de Reis Lobato (1770) em conceituar as espécies de palavras, a fim não apenas de ensinar “os meninos”, mas também, de valorizar a língua vernácula e elevar a sua importância frente à valorização que era dada a língua latina.

Sua escrita é marcada por sua ideologia pedagógica voltada para o ensino e, por isso, ao lado de cada conceito, sempre acrescenta um exemplo, uma advertência daquilo que não se pode

dizer ou escrever, assim como as “exceções” que permeiam a língua portuguesa até as gramáticas atuais.

A estrutura organizacional da gramática de Reis Lobatos em 1770 é muito similar à estrutura organizacional das gramáticas produzidas na contemporaneidade. Vale destacar, que a definição de nome e adjectivo permanecem com o mesmo sentido, todavia, a maneira como os termos são usados no texto de 1770 difere dos termos utilizado nos tempos modernos.

Assim, é preciso levar em consideração o princípio da adequação proposto por Koerner (1996), em como esses termos podem ser adaptados, adequado e nomeado nos dias de hoje.

5. Princípio de Adequação

Partindo de uma concepção de língua que não é homogênea e abstrata, sabemos que tanto o sujeito, como as condições de produção são de extrema relevância para a produção de um texto gramatical e isso determinará seu significado, sua divulgação e sua recepção.

“E nesse sentido, ao propor um estudo historiográfico da gramática é preciso compreender que as obras não têm sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam.” (Chartier, 1999, p. 9)

É o que podemos depreender dos termos utilizados por Reis Lobato, em 1770, e que hoje, em outro contexto cultural, social, ideológico e para um público diferente assumem outra construção de sentido, assim como outro discurso gramatical.

Em uma gramática contemporânea, como a Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de Rocha Lima, publicada em 2011. Essa é uma gramática de extrema relevância nos dias atuais, sendo editada mais de 49 vezes, faz outra organização e definição da língua. E isso se justifica porque cada gramático tem um ideário linguístico diferente.

Ao olharmos para as espécies de palavras nome e adjectivo, constatamos que muitos dos termos técnicos utilizados em 1770, precisam ser adaptados para serem compreendidos nas gramáticas modernas.

Observem a espécie de palavra *nome* definida como substantivo por Reis Lobato, essa espécie de palavra aparece apenas como *substantivo*, em Rocha Lima (2011).

Os substantivos *augmentativo* e *diminutivo* antes classificados como uma espécie de nome appellativo ou comum por Reis Lobato (1770), deixam de existir nessa subdivisão feita por Rocha Lima (2011), passando a ser definidos apenas como graus do substantivo: aumentativo e diminutivo e possuem a mesma conceituação que em Reis Lobato (1770). Por conseguinte, há uma mudança na nomenclatura dos termos, não no significado dados a esses termos.

Outro aspecto importante é o que conhecemos atualmente como substantivos concretos, os quais *“designam seres que têm existência independente, ou que o pensamento apresenta como tal. Pouco importa que tais seres sejam reais ou não, materiais ou espirituais”* (Lima, 2011, p. 110) e substantivos abstratos que *“designam nomes de qualidades, ações ou estados — umas e outros*

imaginados independentemente dos seres de que provêm, ou em que se manifestam” (LIMA, 2011, p. 110). Essas subdivisões de substantivos não são tratadas na gramática de Reis Lobato, em 1770.

No que se refere ao Adjectivo enunciado por Reis Lobato (1770), observa-se uma mudança significativa no trato dado a essa espécie de palavra, que foi definida como uma extensão do nome, abordada dentro da mesma seção que os nomes. Em Rocha Lima (2011), adjectivo passa a ser estudada dentro de uma seção exclusiva para tratar dessa classe gramatical e o termo passa a ser escrito sem a letra “c”, sendo apenas Adjetivo.

Ademais, a adequação realizada por Rocha Lima (2011), excluiu as espécies de nomes adjetivos Partitivo, Numeral, Patrio, Gentilicio tratadas na gramática de Reis Lobato (1770).

No que se refere às espécies de adjectivos positivo, comparativo e superlativo. Essas espécies passaram a ser classificadas apenas como grau de significação adjectivo, que podem receber intensidade maior ou menor.

6. Considerações Finais

Diante do exposto, a análise da *Arte da grammatica da Lingua Portugueza*, de Antonio Jose dos Reis Lobato (1770), apresentada nesse artigo nos possibilitou compreender o ideário linguístico adotado por este gramático, no qual a língua é tratada como um instrumento pedagógico para o ensino, assim como carregado de uma ideologia nacionalista e religiosa, que tinha por finalidade ensinar “os meninos” desde a infância a falar e a escrever bem, assim, além de valorizar a língua vernácula, acreditando que se o aluno aprendesse a língua vernácula, estaria preparado para aprender com mais facilidade uma língua estrangeira: o latim.

Em suma, gramatizar a língua portuguesa, como enfatizara Aurox (2014) não é apenas produzir um compêndio gramatical com a finalidade de perpetuar uma língua, mas também de transformá-la em um instrumento de manipulação, de colonização.

Vale destacar que Portugal, em seu processo de gramatização tinha interesses não apenas de elevar a educação e o ensino de língua, mas também de atender aos interesses práticos, como a colonização, por exemplo. Nenhuma espécie de violência foi tão eficaz na colonização como foi o uso da língua do colonizador e para isso, era necessário ensinar a língua dominante.

Não estamos afirmando que esse intento foi sucesso absoluto, tendo em vista as inúmeras línguas indígenas faladas na colônia brasileira. No Brasil, por exemplo, embora não falemos o Português de Portugal, carregamos os resquícios do ano de 1770 quando o Marquês de Pombal obriga o ensino de língua portuguesa na colônia, o que aniquilou inúmeras línguas indígenas, mas que outras resistiram e continuam resistindo até hoje. Ou seja, esse ideário linguístico se expandiu por outras colônias e obrigou a nós, os nossos descendentes a aprenderem a língua do colonizador, o que fez o português tornar-se língua oficial nos países: Brasil, Angola, Moçambique, Portugal, Guiné-Bissau, Timor Leste, Guiné Equatorial, Macau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Isso, não homogeneizou a língua como propôs Reis Lobato (1770), pois embora falemos o português, cada um desses países tem uma variante desse português e é falado de maneira distinta, chegando muitas vezes causar certa dificuldade de compreensão. Outro

aspecto relevante, é que ainda hoje, as comunidades indígenas que sobreviveram na colônia brasileira, continuam resistindo para manter sua língua como viva.

Conclui-se que a gramatização da língua portuguesa proposta por Reis Lobato atende a um propósito muito maior do que apenas ensinar a ler e a escrever, seu ideário linguístico atende a um propósito político, nacionalista e, sobretudo, colonizador.

Declaração de conflito de interesses

Nós, Adriana Alves de Lima e Adel Malek Hanna, autores do manuscrito intitulado “Um estudo sobre a classe gramatical “Nome” e “Adjectivo” na Gramática de Língua Portuguesa de Reis Lobato (1770)” declaramos que não possuímos nenhum tipo de conflito de interesse, de forma direta ou indireta.

Sobre os autores

Adriana Alves de Lima: Professora efetiva de Língua Portuguesa e respectivas literaturas, na rede pública estadual de ensino da educação básica, na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, no Acre. Doutoranda em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre-UFAC (2020). Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR (2017). Graduada em Letras Português e respectivas literaturas pela Universidade Federal do Acre – Ufac (2012). Tem interesse de pesquisa na área de Letras, com ênfase em Teoria Literária, Linguística, Discurso e Formação de Professores.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4197-3987>

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1089782908019561>.

Adel Malek Hanna: Docente no Centro Universitário U:VERSE e na Faculdade da Amazônia-UNAMA. Doutorando em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre-UFAC (2020). Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre-UFAC (2012). Graduado em Letras e Respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR/Vilhena (2006). Interesse de pesquisa na área de Letras: Linguagem e Identidade, Teoria Literária, Linguística e Literatura.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1692-0341>

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7132485257463070>.

References

Auroux, Sylvain (2014). A revolução tecnológica da gramatização. Tradução de Eni Puccineli Orlandi. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp.

Barboza, Giselle Macedo (2011). A gramática de Reis Lobato e o ensino de Língua Portuguesa no Brasil (1770-1828). Dissertação (Mestrado em Educação). Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe.

Disponível em:

https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4862/1/GISELLE_MACEDO_BARBOZA.pdf. Acesso em:

1 maio 2021.

- Chartier, Roger (1999). *A Ordem dos Livros. Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os Séculos XIV e XVII*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Dores, Marcus Vinícius Pereira das (2016). Um estudo comparativo sobre a classe gramatical “nome” nas gramáticas de João de Barros (1540) e de Reis Lobato (1770). *Caletrosκόpio*, v. 4, nº Especial. Disponível em: <http://caletrosκόpio.ufop.br/index.php/caletrosκόpio/article/view/147/94>. Acesso em: 1 maio 2021.
- Lima, Nelci Vieira de (2017). As gramáticas de Língua Portuguesa do século XVI: questões linguísticas, políticas e identitárias. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras, São Paulo*. v. 17, n.1, p. 43-61, jan./jun.2017. ISSN: 1809-4163 (*on-line*). DOI 10.5935/cadernosletras.v17n1p43-61
- Lima, Rocha (2011). 1915-1991. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Silva, Maurício (2017). Princípios metodológicos e fundamentação teórica da gramaticografia: por uma história cultural da gramática portuguesa. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1/2, 22 maio 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/940>. Acesso 18 mar. 2021.

Creative Commons licensing terms

Author(s) will retain the copyright of their published articles agreeing that a Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC BY 4.0) terms will be applied to their work. Under the terms of this license, no permission is required from the author(s) or publisher for members of the community to copy, distribute, transmit or adapt the article content, providing a proper, prominent and unambiguous attribution to the authors in a manner that makes clear that the materials are being reused under permission of a Creative Commons License. Views, opinions and conclusions expressed in this research article are views, opinions and conclusions of the author(s). and European Journal of Literature, Language and Linguistics Studies shall not be responsible or answerable for any loss, damage or liability caused in relation to/arising out of conflicts of interest, copyright violations and inappropriate or inaccurate use of any kind content related or integrated into the research work. All the published works are meeting the Open Access Publishing requirements and can be freely accessed, shared, modified, distributed and used in educational, commercial and non-commercial purposes under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).